

Conselho Fiscal - COFIS

Ata da 14ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Cearaprev - COFIS, realizada no dia 16 de dezembro de 2025.

Dia dezesseis (16) do mês de dezembro de 2025, às 09:00hs, no prédio da Cearaprev, localizado na Rua 25 de Março, nº 300, Centro, Fortaleza – CE, CEP: 60060-120, com participação híbrida por meio do Ambiente Virtual fornecido pelo software *Google Meet*, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Cearaprev - COFIS: **Marcelo de Sousa Monteiro** (Conselheiro Titular - Presidente do COFIS), **Átila Einstein** (Membro Titular) , **Péricles Teixeira** (Membro Suplente), **Antônio de Pádua** (Membro Titular) , **Francisco Ivanildo** (Membro Suplente) e a **Maria de Fatima Alves Paiva** (Membro Suplente). Como convidados, **Paulo Sucupira** (Diretor da Assessoria de Investimentos da Cearaprev), **Paloma Musa** (Diretora da Assessoria de Estudos Econômicos e Atuariais), **Ronialison Queiroz** (Assessoria de Investimentos), **Costa Campos** (Assessoria de Investimentos), **Arthur Sena** (Gerente de Compensação Previdenciária), **Elaine Custodio** (Analista de Compensação Previdenciária), **Thiago Monteiro** (Assessor Especial da Contabilidade), **Lorena Rebouças** (Diretoria de Previdência) e **Jeffson Holanda** (Assessor da Presidência). **A reunião foi gravada pelo ambiente virtual e encontra-se mantida nos arquivos da Cearaprev que estão na nuvem do Google Drive.** Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos para análise da pauta do dia: **1)** Atualização dos dados de compensação previdenciária; **2)** Desempenho PREVID e Política de Investimentos 2026; **3)** Receitas e despesas da Cearaprev e de seus fundos referentes aos três primeiros trimestres acumulados de 2025; **4)** Abono de Permanência; **5)** Encaminhamentos e Deliberações. O presidente Marcelo Monteiro iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes, em especial dando as boas-vindas à nova conselheira suplente do Conselho Fiscal da Cearaprev, Maria de Fátima, e deu abertura aos trabalhos. A Conselheira Maria de Fátima agradeceu a acolhida. Em seguida, Jeffson Holanda, Assessor da presidência fez a chamada dos membros e convidados e passou para a primeira pauta do dia sobre **1) abono de Permanência**, com a Diretora Lorena Rebouças, que se colocou à disposição para tirar as dúvidas sobre o assunto, então solicitado de tratativa pelos conselheiros na reunião anterior. O conselheiro Péricles informou que na última reunião houve uma abordagem sobre a quantidade de servidores que possuíam direito ao Abono de Permanência mas não haviam solicitado. Ele questionou se a Cearaprev não poderia informar a lista de servidores que se enquadram nessa situação para realizar um movimento de

informatização dos indivíduos sobre a temática para que assim usufruam de seu direito. A Diretora de Previdência, **Lorena Rebouças**, informou que, de fato, esse seria um tópico e um encaminhamento interessante, no sentido de realizar esse levantamento e promover um trabalho junto às setoriais para que orientem os servidores. Ressaltou, contudo, a importância de esclarecer adequadamente o Abono de Permanência, destacando que se trata de um direito muito importante e que pode ser exercido, porém, para os servidores que têm interesse em levar o tempo excedente para outros regimes, o Abono de Permanência é um impeditivo. Enfatizou ainda a importância de que os servidores recebam todas as informações necessárias para que façam a melhor opção. Esclareceu que o Abono de Permanência é um direito voluntário, conforme orientação firmada pela Procuradoria, não sendo um direito automático, sendo necessária a manifestação do servidor. Por fim, considerou interessante o encaminhamento sugerido pelo conselheiro Péricles, propondo que, juntamente com a servidora Paloma, fossem identificadas as setoriais que possuem servidores aptos, a fim de realizar essa provocação e orientação, encerrando sua fala. O conselheiro **Péricles** manifestou-se novamente, confirmando a relevância da observação do abono como impeditivo para averbações. **Lorena** esclareceu que, normalmente, a Gerência de Compensação Previdenciária realiza esse acompanhamento, porém, quando há solicitação de tempo excedente, o servidor costuma ter o benefício negado por estar em gozo do Abono de Permanência. O **Presidente Marcelo Monteiro** apresentou uma dúvida sobre quem é o responsável pelo pagamento do Abono de Permanência, o órgão de origem ou a Cearaprev. **Lorena** respondeu que o pagamento é realizado pela Cearaprev, esclarecendo que, na verdade, trata-se de um desconto previdenciário que é restituído ao servidor em rubrica própria da Cearaprev. Acrescentou que, quanto às diferenças do Abono de Permanência, existe um procedimento que demanda algum tempo, sendo comum que se passem alguns meses entre a data da solicitação do benefício e a efetiva implantação em folha de pagamento, período em que essas diferenças são pagas pelo órgão de origem do servidor. O conselheiro **Ivanildo** apresentou questionamento acerca do custo do Abono de Permanência, indagando se, na realidade, o custo é previdenciário e se é a Cearaprev quem arca com esse ônus. **Lorena** respondeu afirmativamente. O conselheiro **Péricles** fez nova indagação sobre o Abono de Permanência, relatando que houve divulgação, não apenas no Estado do Ceará, mas também em outros entes federativos e na União de que o Abono seria devido ao servidor com participação no cálculo de férias e décimo terceiro salário. Informou ainda que leu matérias a respeito do tema e que, eventualmente, servidores questionam alegando tratar-se de causa ganha, solicitando esclarecimentos sobre a posição definitiva quanto a essa questão. **Lorena** respondeu que, de fato, existem decisões de tribunais superiores e jurisprudência de outros entes federativos que contabilizam o Abono de Permanência incluindo férias e décimo terceiro salário. Contudo, esclareceu que no Estado do Ceará a Procuradoria-Geral do Estado- PGE defende entendimento contrário, no sentido de que tanto o décimo terceiro salário quanto o adicional de férias não devem ser contabilizados no cálculo do Abono de Permanência, o que resulta em um valor menor. Informou que o posicionamento firmado pela PGE é contrário à inclusão dessas verbas. Acrescentou que alguns servidores ingressaram judicialmente e

obtiveram êxito, em razão da jurisprudência dos tribunais e do entendimento administrativo de outros entes, porém, no âmbito administrativo do Estado do Ceará, tais pedidos vêm sendo negados. Finalizando o assunto referente ao Abono de Permanência, o **Presidente Marcelo Monteiro** informou que, caso surjam quaisquer dúvidas, estas serão encaminhadas à Diretora Lorena Rebouças e à sua equipe. Em seguida, agradeceu à referida diretora pela participação e pelas informações prestadas, dando por encerrada a pauta. Na sequência, passou-se à segunda pauta: **2) Atualização dos dados da Compensação Previdenciária.** O Gerente de Compensação Previdenciária, Arthur Senna, deu início à sua apresentação, informando os valores atualizados da compensação previdenciária. Destacou que os valores em exigência totalizam 3.069, sendo 97 exigências ratificadas. Informou ainda que 2.464 valores já foram compensados e que 7.973 encontram-se em compensação. Esclareceu que os processos classificados como compensados referem-se a requerimentos que já foram pagos. Informou ainda que há apenas 1 processo classificado como “preferido” e 71 indeferidos. Acrescentou que os processos em exigência correspondem a requerimentos que são encaminhados e retornam para correção de algum ponto. O **Presidente Marcelo Monteiro** questionou se os dados apresentados eram provenientes da União, especificamente da Previdência Federal. **Arthur Senna** respondeu afirmativamente, esclarecendo que se tratam de status extraídos do sistema Comprev, que é o sistema federal de compensação previdenciária, com dados retirados em 02 de dezembro. Informou ainda que, na competência 11/12, foram lançados 24 requerimentos no Comprev e que, ao longo do ano, até 30/11/2025, foram lançados 221 requerimentos. Arthur Senna apresentou também tabela elaborada pela Assessoria de Estudos Atuariais e Econômicos (ASEAT), com dados referentes ao período de 30/03/1959 a 15/11/2025, informando que o total de aposentadorias, pensões e benefícios aguardando aposentadoria é de 58.443. Desse total, 39.493 não possuem averbação de tempo de contribuição, 13.963 possuem averbação e 4.987 não possuem classificação. Em continuidade, foram apresentados os valores financeiros referentes à compensação entre regimes, compreendendo os valores de compensação recebidos e a rentabilidade por ano. Dessa forma, foram demonstrados, por meio de slides, todos os valores referentes ao ano de 2025, mês a mês. O Presidente Marcelo usa a palavra e diz que a receita de compensação é importante na Cearaprev. Diz que, quanto mais se trabalhar nesse aperfeiçoamento de identificação e cobrança, melhor, pois é um recurso que reduz a demanda. O Conselheiro Ivanildo diz que, na medida em que é pago, que a Cearaprev paga uma compensação, na realidade é um beneficiamento que ela vai ter que arcar, que era de um regime que saiu e ingressou. O Conselheiro Pericles diz que, registrando essas ações, não só de pagar as compensações de outros regimes de servidores que saíram da Cearaprev e foram para outros entes, como também uma ação de monitorar de maneira correta as compensações, finaliza. Finalizando a segunda pauta da reunião, Marcelo Monteiro agradece ao Arthur e à Elaine pela informação e parabeniza pelo trabalho de acompanhamento da compensação. 3) Desempenho Previd e Política de Investimentos 2026 Marcelo inicia parabenizando a equipe de investimentos pela atuação, pelo desempenho, destacando que não caíram no canto sister do Banco Master. Ressalta que o Conselho Fiscal tem acompanhado exatamente a aplicação desses recursos que a gente tem feito aqui, que é exatamente zelar por

esses recursos. Destaca ainda que, assim como não tivemos problemas em situações de escândalos que envolveram outros estudos de previdência, continuamos com esse cuidado, com aplicação no Tesouro, com aplicações em instituições que tenham de fato credibilidade e que tragam segurança para o Estado e para a Cearaprev. Sucupira inicia sua apresentação dando início informando que vai apresentar através de dois tópicos: Desempenho da Carteira Previd até out/2025 e Política de Investimentos 2026, que foi aprovada na semana anterior pela Política de Investimentos e também pelo Conselho Deliberativo. Informa ainda que, o mais breve possível, a política será lançada no site e também encaminhada ao Ministério da Previdência, através do CADPREV. Sucupira aproveita e diz que a equipe obteve uma grande aquisição, apresentando o colega Costa Campos, que é Diretor do IPM, Instituto de Previdência de Fortaleza, e que agora faz parte da equipe de investimentos da Cearaprev. Na sequência, apresenta inicialmente o grupamento dos títulos públicos. Informa que terminamos o mês de outubro com 1 bilhão e 400 milhões em títulos públicos, que renderam até o momento 9,33%. No mês de outubro, o rendimento foi de 0,83%, e esse montante de 1 bilhão e 400 corresponde a 54,02% da carteira. Na apresentação, Sucupira mostra o agrupamento dos fundos de investimento compostos exclusivamente por títulos públicos. Informa que temos um valor de 377 milhões, que renderam até agora 10,95%, correspondendo a 13,87% da carteira. O próximo grupamento é o dos fundos de renda fixa que possuem uma parcela de crédito privado, mas basicamente são referenciados, tendo como referência o CDI. Esse valor está em 496 milhões, que renderam até agora 12,02%, correspondendo a 18,75% da carteira. Outro grupamento é o das letras financeiras das instituições financeiras com as quais operamos. Informa que todas são de bancos de primeira linha. Destaca que foi exatamente nesse tópico que o Banco Master quis oferecer produtos para nós. Ressalta que, no Brasil todo, fala-se do Banco Master na história do CDB que oferece 140% do CDI, e que era mais ou menos isso que eles estavam oferecendo para nós. Como nós não operamos pelo CDB, eles ofereciam letras financeiras também com essas taxas bastante superiores às que o mercado vinha oferecendo. Diz que isso também acendeu uma lâmpada vermelha para nós, e que isso ocorreu logo no primeiro momento, antes mesmo de eles tentarem o credenciamento. Ressalta que, como pode ser observado, só operamos com bancos de primeira linha: Bradesco, BTG, Safra e Itaú, todos pertencentes aos segmentos S1 ou S2 do Banco Central. Explica que o Banco Central possui a segmentação dos bancos, uma classificação interna que vai de S1 até S5, e que nós, de uma maneira bastante conservadora, só operamos letras financeiras com bancos pertencentes aos segmentos S1 e S2. Informa ainda que, no total, são 11 instituições financeiras no país todo. Destaca que existem três instituições S1 que não operam com letra financeira, sendo elas o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o Banco do Nordeste, ressaltando que infelizmente são bancos muito fortes, seguros e rentáveis, mas que não trabalham com letras financeiras. Ronialison usa a palavra e diz que vale lembrar que o Rio de Janeiro adquiriu quase 1 bilhão de letras financeiras do Banco Master. Fala que, quando o Banco Master chegou aqui, no nosso edital já existia uma barreira para ele. Destaca que são várias barreiras e vários critérios, e que nem toda instituição que vem aqui é passível de ser credenciada. Ressalta ainda que, mesmo sendo credenciada, isso não significa que vamos aportar recursos nesse banco, pois existem

outros critérios. Diz ainda que, na análise dos produtos para que se decida junto ao órgão colegiado das decisões dos investimentos, que é o Comitê de Investimentos, a decisão é colegiada. Ou seja, é feita análise aqui dentro, discutida junto com a consultoria, com a Cearaprev e com o Presidente, e posteriormente levada ao Conselho para que seja liberado ou não determinado credenciamento ou aplicação. Ronialison finaliza. Sucupira diz que é como foi dito, nós estamos trabalhando com recursos de terceiros. Ressalta que, se fossem recursos nossos, nos nossos CPFs, a gente poderia até se dar ao luxo de tentar arriscar alguma coisa, mas trabalhando com esse montante, com esses recursos de terceiros, para garantir aposentadoria, futuras aposentadorias e pensões de servidores estaduais, nós não podemos fraquejar em nenhum momento. Diz ainda que é o tempo todo com a orelha em pé, com a mente aberta, analisando de uma maneira bem criteriosa todas as nossas aplicações. Pericles fala, dando as boas-vindas ao Costa Campos, que inicia no time da assessoria de investimentos, e salienta o que o Sucupira está reafirmando: a importância e a responsabilidade, até porque o recurso é de terceiro, é de todo o ente, são pessoas que dependem da existência desse recurso. Péricles relata ainda que estava lendo um artigo sobre o Banco Master do Estado do Rio de Janeiro, no qual a nota dizia que esse prejuízo milionário que a Caixa de Previdência do Rio de Janeiro teve com relação ao Banco Master não iria impactar os benefícios dos aposentados e pensionistas. Em seguida, indaga como isso não vai impactar, como? Pericles finaliza. Em continuidade, Sucupira fala do artigo 7º, V, “b”, do Crédito Privado, que tem um total de 62 milhões. Explica que o crédito privado é aquele que tem mais de 50% de debêntures ou de letras financeiras na sua composição, por isso ele obrigatoriamente tem que ter, no nome, o crédito privado na sua nomenclatura. Informa que estamos muito bem, sendo 02 fundos muito bons e robustos, um do Banco do Brasil e outro do Banco Itaú. Registra que estamos dando uma rentabilidade de 7,43% no volume de 62 milhões, e que isso corresponde a 2,34% da carteira. Sucupira diz que, encerrando a primeira etapa da carteira, finaliza a renda fixa, registrando que estamos com 2 bilhões e 627 milhões, correspondendo a 99,21% da carteira, o que é praticamente 100% em renda fixa. Em relação às metas atuariais, é informado que a nossa meta oficial foi definida na Política de Investimentos para 2025 como IPCA + 4,5%, o que até o mês de outubro corresponde a 7,61%. Entretanto, o Presidente Juarez nos fez um desafio e propôs uma meta interna de **6%**, o que daria 8,95% até outubro. É registrado que a equipe não ficou satisfeita e resolveu bater a meta que ele estabeleceu, estando atualmente com IPCA + 7,49%, o que corresponde a 9,76% de rentabilidade, atingida até o mês de outubro. Na sequência, é apresentada a alocação por gestor, ficando em primeiro lugar o Tesouro Nacional, através dos títulos públicos, com 54,02%. Em seguida, o Bradesco com 14,98%, Itaú com 6,67%, Banco do Brasil com 6,55%, Caixa Econômica Federal com 5,66%, BTG com 4,34%, Banco do Nordeste do Brasil com 3,94%, Santander com 1,90% e Banco Safra com 1,74%. Aderência à Política Anual de Investimentos – Posição em 31/10/2025 No primeiro quesito do artigo 7º, inciso I, alínea “a”, que corresponde aos títulos públicos, tínhamos uma alocação alvo de 61,47% e estamos com 54,02%. Quanto aos fundos com porte de 100% em títulos públicos, a alocação alvo é de 7,11%, e estamos com 13,87%. Os fundos que têm como referencial o CDI possuem alocação alvo de 12,57%, com alocação atual de 18,57%. As letras financeiras

apresentam alocação alvo de 10,00% e alocação atual de 10,22%. A renda fixa de crédito privado possui alocação alvo de 2,50% e alocação atual de 2,34%. O total de renda fixa tem alocação alvo de 93,65% e alocação atual de 99,21%. No Fundo de Ações, artigo 8º, inciso I, a alocação alvo é de 0,00%, e a alocação atual é de 0,079%. No Fundo de Ações – BDR Nível I, artigo 9º, inciso III, a alocação alvo é de 1,34%, e a alocação atual é de 0,00%. Quanto aos empréstimos consignados, artigo 12, inciso I, a alocação alvo é de 5,00%, e a alocação atual é de 0,00%. No total geral, tanto a alocação alvo quanto a alocação atual correspondem a 100,00%. Na sequência, Sucupira apresenta a rentabilidade e os indicadores da Carteira Previd – 2025. Ao final de outubro, estamos com 9,66% de rentabilidade, para uma meta de 7,61%, e que, no final das contas, estamos com um atingimento de 128,25% da meta. É dito ao Conselho que já foram feitos os cálculos do mês de novembro, e que isso está nos dando 160% de atingimento no mês de novembro, e que, no acumulado do ano, já está em 130%. Com relação ao rendimento das carteiras, o Previd rendeu até outubro 219 milhões e 450 mil, o Funaprev rendeu 22 milhões e 101 mil e o Prev Militar rendeu 7 milhões e 160 mil. No total, as três carteiras já renderam para a previdência 249 milhões. Encerrando o desempenho da carteira até o mês de outubro, é informado que, em seguida, será apresentada a Política de Investimentos para 2026. O primeiro e grande relatório que a gente se baseia para fazer os estudos da Política de Investimentos é o Relatório Focus, que é emitido pelo Banco Central semanalmente e divulgado às segundas-feiras. É informado que estamos com o relatório do dia 05 de dezembro, no qual é previsto IPCA de 4,40% até o final de 2025, com um PIB de 2,25% e a Selic de 15%, isso para 2025. Para 2026, é previsto IPCA de 4,16%, PIB de 1,80%, câmbio a 5,50 e Selic a 12,25%. Parâmetro de Rentabilidade - Meta Atuarial, portaria MTP Nº 1.467, DE 02 DE JUNHO DE 2022. ART 39. A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da estrutura a termo de taxa de juros média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS. 6º Poderá ser utilizada taxa de juros inferior aquela estabelecida, em atenção a critérios de prudência demonstrados no relatório de avaliação atuarial. Duration de 22,26 anos = Taxa de Juros Parâmetro de 5,58. Sucupira explicou o que é essa duration, ou duração do passivo: é exatamente o prazo definido para que se iniciem, de forma mais significativa, os pagamentos de aposentadorias e pensões. Considerando que o Fundo Previdenciário é de 2014, ao projetarmos um prazo de 22,26 anos, esse seria o período ideal para o início do pagamento mais intenso dos benefícios de aposentadorias e pensões. Ressaltou que, como ocorreram algumas “compras de vidas”, que ele prefere chamar de transferências de beneficiários de um fundo para outro, esses pagamentos já foram iniciados. Assim, para uma duration entre 22 e 26 anos, a taxa de juros parâmetro correspondente é de 5,58%. Sucupira explicou que essa taxa é conhecida por meio da Portaria do Ministério da Previdência Social, que é divulgada anualmente, estabelecendo a taxa de juros parâmetro de acordo com a duração do passivo do RPPS. Entretanto, destacou a existência do parágrafo 6º, que dispõe que poderá ser utilizada uma taxa de juros inferior àquela estabelecida, em atenção a critérios de prudência demonstrados no relatório de avaliação atuarial. Isso significa que a Cearaprev pode buscar uma taxa de juros que não seja

exatamente a taxa de juros parâmetro limite estabelecida na portaria, desde que o relatório de avaliação atuarial demonstre que haverá superávit no fundo previdenciário até o pagamento do último beneficiário, seja ele pensionista ou aposentado, evento cujo momento exato ainda não se conhece. Dessa forma, se a partir desses cálculos for demonstrado que é possível utilizar uma taxa de juros menor, ou seja, assumindo menos risco, essa taxa pode ser adotada. A partir disso, foi solicitado à atuária que realizasse os cálculos considerando diferentes taxas de juros acrescidas ao IPCA, que é o nosso indexador. Foram realizados cálculos considerando taxas que variaram de 3,5% até 5,58%, que é exatamente a taxa de juros parâmetro. Observou-se, de imediato, no gráfico, que as duas primeiras taxas de juros, 3,5% e 4%, resultariam em déficit, motivo pelo qual foram descartadas. A partir da taxa de 4,5%, já se observaria superávit ao final do pagamento dos benefícios. Após a análise dos dados históricos e das projeções futuras, foi identificado, em conjunto com o Comitê de Investimentos, que a taxa de 5,25% seria a taxa ideal, pois permite tanto a obtenção de superávit no fundo previdenciário quanto um resultado bastante satisfatório em termos de meta atuarial. Justificativas para escolha da taxa de 5,25% e não uma taxa superior Sucupira explica que a escolha da taxa de 5,25% se deu por dois motivos. O primeiro motivo está relacionado aos títulos públicos federais que temos na carteira. Há dois títulos que foram adquiridos com taxas de 5,34% e 5,44%. Por conta desses valores, dessas taxas de juros, era necessário escolher uma taxa de juros que não fosse superior a essas. Caso contrário, seria difícil justificar perante os órgãos de controle que um investimento está com uma taxa de juros inferior àquela que estamos estabelecendo. Dessa forma, decidiu-se utilizar a primeira menor taxa a partir desses títulos, entre 5,34% e 5,44%. O segundo motivo está relacionado ao empréstimo consignado. Se a taxa que vamos oferecer aos servidores no empréstimo consignado tem como referência a meta atuarial, quanto maior for a meta atuarial, maior terá que ser a taxa do empréstimo consignado. Por isso, entendeu-se que a taxa de 5,25% seria mais adequada para iniciar as operações de empréstimos consignados. Sobre o Progestão, é explicado que em 2026 espera-se atingir esse nível, por ser um nível de excelência buscado por todos os RPPS do país. O Progestão varia do nível 01 até o nível 04, sendo que quanto maior o nível, melhor a governança realizada pelo RPPS. Ressalta-se que certamente o Conselho Fiscal ficará satisfeito ao saber que nosso RPPS está no Progestão e seguindo os rigores estabelecidos nesse programa, finaliza. Na apresentação, Sucupira mostra o plano de contingência – visão geral. Definição: Conjunto de ações a serem implementadas caso haja descumprimento dos limites definidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021, pela PI ou pelos parâmetros gerais dos RPPS. Objetivo: Reduzir os impactos de mudanças não previstas nos cenários e projeções. Quando acionar: Especialmente em situações de excessiva exposição a riscos ou possíveis perdas de recursos. Diretriz-chave: Atuação orientada à preservação do patrimônio, com decisões pautadas em evidências e documentação técnica. Diretrizes. I. Parâmetros de rentabilidade: para 2026 e demais anos, IPCA + 5,25%. II. Estratégia de alocação dos recursos – ALM: estratégia alvo com renda fixa em 92,51%, renda variável em 1,00%, investimentos no exterior em 1,49% e empréstimos consignados em 5,00%. III. Limites de aplicação: conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021. IV. Modelo de gestão: própria. Sucupira, após a explicação, diz

que está encerrando a apresentação e se coloca à disposição para quaisquer questionamentos. O Presidente do Conselho Fiscal, Marcelo Monteiro, agradece ao Sucupira e ao Ronialison pela apresentação e esclarece, para deixar claro aos conselheiros do Conselho Fiscal, que essa deliberação quanto à Política de Investimentos não é do Conselho Fiscal. Informa que, na Cearaprev, existe o Comitê de Investimentos, além da Diretoria que propõe as metas, e existe ainda a instância deliberativa que efetivamente aprova a Política de Investimentos da Cearaprev. Sucupira diz que, quando foi acordado, na época em que o Pedro Paulo ainda era conselheiro, ficou definido que a equipe iria sempre apresentar ao Conselho Fiscal como está definida a Política de Investimentos. Péricles pede a palavra e diz que gostaria de registrar os parabéns a toda a equipe de investimentos pela excelente apresentação. Salienta especificamente sobre o empréstimo consignado, que, à primeira vista, oferecer empréstimo aos servidores parece ser algo negativo, pois o ideal seria que não fosse necessário pedir nada emprestado, já que quando se pede emprestado se está pagando aluguel pelo empréstimo. Ressalta, porém, que quando se analisa pela necessidade e pela particularidade de cada servidor, e também considerando que os servidores, quando vão ao mercado, acabam pagando muito mais caro, a possibilidade de, em um futuro próximo, ter um empréstimo consignado pela Cearaprev, com juros bem mais atraentes comparados ao mercado, torna-se uma opção relevante. Reitera que o ideal seria não precisar pedir empréstimo, mas que a vida impõe situações diversas e, muitas vezes, é necessário buscar recursos. Diz ainda que, pensando dessa forma, entende ser uma excelente aceitação, não só para os servidores, mas também para a própria entidade, que acaba tendo a possibilidade de obter algum rendimento com segurança. Ressalta que ganham tanto a entidade quanto o servidor, que deixaria de pagar uma taxa de juros muito mais elevada no mercado. Finaliza destacando que a questão não é aumentar o endividamento do servidor, uma vez que existe um limite de empréstimo. Péricles continua e diz que, hoje, o servidor utiliza o limite da sua margem pagando taxas absurdamente maiores do que a proposta da Cearaprev, e que isso é uma excelente ideia. Diz ainda que encerra com os seus parabéns a toda a equipe de investimentos pela apresentação. Péricles finaliza. A Conselheira Fátima fala que isso é um pouco do reforço da questão dos consignados, pois os bancos, tanto particulares como públicos, já têm essa possibilidade da compra dos consignados. Ressalta que, além de ser uma renda para a previdência, essa iniciativa iria ajudar muito o servidor, pois contribuiria para enfrentar o superendividamento e, principalmente, para a redução desse endividamento, o que também é importante. Destaca que estamos tratando de pessoas já com idade avançada, que possuem outras demandas médicas, às vezes da família também, e que tudo isso dificulta a qualidade de vida. Ressalta que essa parte é muito importante e que, com certeza, não tem como não dar certo, considerando a proposta como perfeita. Aproveita para parabenizar a didática, que considera muito boa, destacando a excelente apresentação, e parabeniza toda a equipe. Fátima Paiva finaliza. Marcelo Monteiro agradece e encaminha para o próximo item de pauta a ser apresentado. 4) Receitas e despesas da Cearaprev e de seus fundos referentes aos três primeiros trimestres acumulados de 2025. Thiago Matos, contador da Cearaprev, inicia a apresentação mostrando a certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União. Informa que essa foi uma

inclusão feita de última hora para ser apresentada na reunião, e que foi possível extrair a certidão no site da Receita, em razão de que, na última reunião, foram tratadas as pendências tributárias da Fundação Cearaprev. Relata que a Fundação vinha, desde o começo do ano, com pendências acumuladas de anos anteriores, e que, aos poucos, foram cercando e sanando essas pendências até zerá-las. Informa que agora foi possível zerar todas as pendências, ficando, assim, a situação fiscal da Cearaprev totalmente regular. Partindo para o próximo item a ser apresentado, Thiago mostra a Demonstração das Variações Patrimoniais. Explica que esse documento faz uma síntese, um apanhado geral de toda a movimentação financeira e de toda a parte patrimonial da Fundação, que envolve bens móveis, almoxarifado, e serve como instrumento contábil, de acordo com a legislação de gestão pública. Ressalta que é nesse documento que são apresentadas as variações patrimoniais. Informa que a principal receita são as variações patrimoniais aumentativas financeiras. No exercício atual, o valor é de 1.692.063, e no exercício anterior foi de 887.827,37. Quanto à remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras, no exercício atual o valor é de 1.692.063, e no exercício anterior 887.827,37. Thiago Matos diz que, em resposta à pergunta do Conselheiro Ivanildo sobre as questões das contribuições, quando elas caem na conta bancária e como são aplicadas, esclarece que, quando as taxas são pagas pelos fundos e caem na conta bancária específica da Fundação para o custeio da Fundação, esses valores são automaticamente aplicados no IRFM 1, que é o fundo utilizado, não ficando nenhum valor parado em conta corrente. Transferências e delegações recebidas: no exercício atual, o valor é de 3.390.621, e no exercício anterior 2.666.624. Esses valores são recursos do Tesouro. Thiago faz uma explicação informando que, quando a Cearaprev iniciou, existiu um questionamento sobre como seriam pagas as despesas com pessoal. Relata que o presidente anterior, junto com a Sefaz, conseguiu junto ao Tesouro esse recurso, de forma que a Cearaprev passaria a receber esses valores do Tesouro para custear sua folha de pagamento. Explica que existe hoje um planejamento para que isso deixe de acontecer, pois, como já temos a receita da taxa de administração, o ideal seria que a Fundação custeasse também a sua folha de pessoal com essa fonte de recurso, e não mais com a fonte do Tesouro. Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos: no exercício atual, o valor é de 17.767,51, e no exercício anterior 0,00. Os ganhos com desincorporação de passivos correspondem ao cancelamento de restos a pagar do ano anterior. Thiago explica que algumas despesas, geralmente despesas com pessoal, no final do ano são empenhadas e acabam sendo pagas apenas no ano seguinte. Informa que o gestor financeiro observou que alguns restos a pagar não foram necessários para custear essas despesas, motivo pelo qual houve o cancelamento. Uso de bens e serviços e consumo de capital fixo: no exercício atual, o valor é de 16.294.204, e no exercício anterior 15.148.895,56. Resultado patrimonial: nos três primeiros trimestres acumulados do exercício de 2025, a Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará apresentou superávit patrimonial de 5.458.680,12 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta reais e doze centavos). Thiago Monteiro pergunta, em relação ao material e aos documentos apresentados, se algum conselheiro possui alguma dúvida ou questionamento. Não havendo questionamentos, Thiago prossegue com a apresentação. Esclarece que as transferências e

delegações recebidas correspondem aos recursos do Tesouro Estadual para custeio da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas. Informa que as diversas variações patrimoniais aumentativas correspondem à compensação previdenciária ativa – Comprev – e às restituições de benefícios previdenciários pagos após o óbito do beneficiário. Quanto às variações patrimoniais diminutivas, esclarece que os benefícios previdenciários e assistenciais compreendem as aposentadorias, pensões e outros benefícios assistenciais. Esclarece ainda que o uso de bens, serviços e consumo de capital fixo compreende as despesas com a taxa de administração. O Conselheiro Péricles usa a palavra e questiona sobre os itens referentes aos consignados, especificamente sobre uma taxa desde o final de 2024 e no decorrer do ano de 2025, indagando se as pendências que ficaram para 2026 não irão gerar multas e juros para a Cearaprev. Em resposta, Thiago, contador, informa que irá buscar essa informação junto ao gestor financeiro e que, na próxima reunião, apresentará a resposta. Em continuidade, Thiago apresenta o resultado patrimonial do FUNAPREV. Informa que, nos três primeiros trimestres acumulados do exercício financeiro de 2025, o Fundo Financeiro FUNAPREV demonstra déficit patrimonial no valor de 110.810.524,94 (cento e dez milhões, oitocentos e dez mil, quinhentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos). O Presidente Marcelo sugere que seria importante, na nota explicativa que estava sendo apresentada, constar o valor discriminado de cada item, especificando o valor da compensação previdenciária e o valor referente ao imposto de renda. Marcelo continua dizendo que, na tabela apresentada, consta apenas o valor total, e que na nota explicativa seria importante detalhar o total da compensação previdenciária e quanto foi o repasse do Estado referente ao imposto de renda retido na fonte. Ressalta ainda que é importante essa análise da receita da Cearaprev para que, na próxima reunião, seja trazida a informação de como está previsto na legislação o percentual de cálculo da taxa, para que seja possível entender a divisão paritária entre os três fundos. O Conselheiro Ronialisson usa a palavra e informa que, em oportunidade anterior, questionou a Diretora Atuarial Paloma, responsável pelos cálculos, sobre como se dá a taxa de administração. Segundo ele, foi informado que a taxa de administração corresponde à despesa administrativa orçada dividida pela remuneração de contribuição do ano anterior, tendo como limite o percentual de 0,5%. Ronialisson prossegue relatando que recebeu de Paloma uma tabela demonstrando a receita patrimonial de 2024, sendo: FUNAPREV com receita patrimonial de 1 bilhão e 300 milhões, PREVID com 429 milhões, PREVMILITAR com 399 milhões, totalizando 2 bilhões e 171 milhões. Relata ainda que as despesas administrativas, divididas entre os três fundos, totalizam 23 milhões. Ronialisson finaliza dizendo que a despesa administrativa está sendo dividida igualmente entre os fundos, embora a receita patrimonial do FUNAPREV seja maior, sendo a despesa considerada como igual para todos. Paloma pede a palavra e informa que o valor utilizado para o cálculo da taxa é definido, de fato, pela SEPLAG, sendo necessário que a Secretaria libere a questão do orçamento. Esclarece que a equipe faz uma previsão orçamentária e encaminha a solicitação, e somente após a liberação é realizado o cálculo da taxa. Acrescenta que, em próximas reuniões, podem ser apresentadas de forma mais detalhada as notas explicativas que acompanham a questão da taxa, finalizando sua fala. Marcelo questiona se esse percentual é definido pelo Conselho Deliberativo. Paloma responde que, na

prática atual, existe um processo que ocorre de forma inversa, pois a taxa é definida a partir do orçamento. Explica que o fluxo que se entende como mais correto seria primeiro a definição da taxa porém hoje o que ocorre é a apresentação da taxa já calculada com base no orçamento. Detalha que é feita uma previsão orçamentária, que é enviada ao sistema, e quando a SEPLAG realiza a publicação dos orçamentos, o valor do orçamento é definido, sendo esse valor dividido pelas bases das remunerações e contribuições do ano anterior para se obter a taxa, concluindo sua explanação. Próximo de finalizar a reunião, Thiago Monteiro informa que encerra sua apresentação referente aos quatro relatórios apresentados, sendo os três fundos e a Fundação Cearaprev. O Presidente agradece a apresentação de Thiago e questiona os demais conselheiros se há dúvidas ou perguntas. Em seguida, pergunta a Jefferson Holanda sobre a próxima reunião, ficando definido, em consenso com o presidente, o agendamento para o dia 22/01/2025. O Conselheiro Átila usa a palavra e sugere que, na próxima reunião, sejam incluídos dois tópicos. O primeiro refere-se ao estudo realizado em relação à última segregação de massa, sua publicação no Diário Oficial e de que forma isso impacta o PREVID, considerando que, em tese, é utilizado o superávit, ressaltando ser importante que o Conselho Fiscal tenha conhecimento do estudo realizado. O segundo tópico diz respeito às prestações de contas históricas da Cearaprev, lembrando que se trata de um tema recorrente na gestão anterior, no qual havia pendências, destacando que das últimas três prestações de contas permaneceram pendências. Considera importante explorar e retomar esse tema, abrangendo pelo menos cinco ou seis prestações de contas, finalizando sua fala. O Presidente informa que já estão encaminhadas para a próxima reunião as seguintes pautas: a primeira, apresentação e definições sobre as receitas da Cearaprev e a divisão que é feita para que cada fundo faça o aporte das despesas administrativas; a segunda, demandas de informações sobre o estudo da segregação de massa, com apresentação do referido estudo; e a terceira, a situação das prestações de contas da Cearaprev e dos fundos, informando qual a situação dessas prestações junto ao Tribunal de Contas. Acrescenta que o Tribunal tem realizado análises e que, pela Controladoria, já foi recebido o relatório preliminar das contas de gestão de 2023, demonstrando que o Tribunal tem avançado nessas análises. Ressalta a importância de a equipe da assessoria de controle interno apresentar informações sobre as análises realizadas pelo Tribunal, indicando a situação da análise das contas de gestão sob responsabilidade da Cearaprev, do FUNAPREV, do PREVID e do PREVMILITAR. Solicita ainda a apresentação de um quadro demonstrativo mostrando a situação dessas contas, com a emissão de relatórios e um resumo da situação de cada ano, para acompanhamento do Conselho. Encaminhando para o encerramento, o Presidente marca a próxima reunião do Conselho Fiscal para o dia 22/01/2025. Antes de finalizar a reunião, o Conselheiro Péricles usa a palavra e solicita a inclusão de dois itens na pauta da próxima reunião. O primeiro refere-se ao levantamento das possíveis multas e juros relacionados aos consignados que possuem pendências de pagamento. O segundo item trata do demonstrativo financeiro do custo da Cearaprev, abrangendo a folha de pagamento com servidores comissionados e terceirizados, sugerindo a apresentação de um relatório no formato de gestão de pessoas, detalhando os comissionados exclusivos e os terceirizados por setor, para melhor compreensão do quadro de pessoal da Cearaprev,

finalizando sua manifestação. Marcelo monteiro sugere que essa última pauta, em razão das demais pautas já previstas e consideradas extensas, seja incluída nas reuniões seguintes. Quanto à pauta referente a juros e multas, sugere que seja apresentada ao menos uma informação preliminar na próxima reunião. Por fim, o Presidente agradece a presença de todos, desejando um feliz Natal aos conselheiros, e parabeniza toda a equipe da Cearaprev pelo trabalho realizado, dando assim por encerrada a reunião, da qual eu, Jeffson de Holanda Machado, participei e lavrei a presente Ata, que será assinada pelos membros titulares presentes e/ou suplentes que os representaram.

Fortaleza - CE, 16 de dezembro de 2025.

MARCELO MONTEIRO
Presidente do COFIS

ÁTILA EINSTEIN
Conselheiro Titular

PÉRICLES TEIXEIRA
Conselheiro Suplente

Antônio de Pádua
Conselheiro Titular

MARIA DE FÁTIMA
Conselheira Suplente